

Área social deve ser prioritária

Newton Rossi traça um diagnóstico da situação atual

Dos 36 milhões de menores carentes existentes no País, o que corresponde a 26,7 por cento da população, cerca de 200 mil moram em Brasília e são filhos de famílias com renda média de até dois salários mínimos. Desse total, 10.728 são filhos de pais que não têm qualquer rendimento, de acordo com dados levantados pela Federação do Comércio de Brasília (FCB). O presidente da FCB, Newton Rossi, afirma que dessas 200 mil crianças apenas 13 por cento são assistidas pelas 165 instituições públicas e particulares que funcionam no DF.

Segundo o presidente da Federação, além dessa precária assistência, "verifica-se o funcionamento de estabelecimentos correccionais, como do Gama, para atendimento ao menor infrator, orientando-se por uma filosofia bastante comprometedora pois, embora visando corrigir o menor, permite uma convivência entre jovens de todas as tendências, à base de reclusão".

Isso, diz, resulta num caldeamento perigoso de jovens de idades diversas e índices de periculosidade diferenciados, proporcionando a contaminação daqueles que poderiam voltar ao seio da sociedade para uma convivência normal. "Crianças na faixa de 11 a 14 anos, ao invés de serem recuperadas, quase sempre se direcionam para o crime, numa viagem sem retorno, agravando ainda mais os problemas sociais".

Fazendo uma análise crítica da situação econômico-social desses 26 anos de fundação de Brasília, o presidente da Federação do Comércio observa também que a situação não é das mais animadoras nas áreas de saúde,

educação e habitação. Com relação à Educação, Newton Rossi afirma que embora o orçamento do Governo do DF contemple, neste ano, a área de Educação e Cultura com 28,62 por cento dos recursos a oferta de matrículas não atende plenamente a demanda.

Para este ano, observa, havia uma previsão de demanda de 321.700 matrículas na rede oficial de ensino, sendo 235 mil para o 1º grau, 40 mil para o 2º grau, 44 mil para o pré-escolar e 2.700 para o supletivo e ensino especial, exigindo a construção de mais 1 mil salas de aula e a contratação imediata de 2 mil novos professores. Para 1987 a demanda deverá aumentar em 4,6 por cento e mais 4,96 por cento para 1988, o que exigirá a construção de 1 mil salas de aula adicionais a cada ano.

O resultado desse elevado número de crianças que procura as escolas é que o sistema, na tentativa de resolver o problema, admite alunos em excesso em cada sala de aula, "com prejuízos flagrantes ao rendimento escolar e à própria qualidade do ensino." O resultado, são os elevados índices de reprovação que chegaram a 24,5 por cento na 1ª série, 29,3 por cento na 5ª série e 27 por cento na 7ª série do 1º grau. Em 1984, do total de alunos que havia iniciado o 1º grau, 50 por cento não chegaram à 7ª série. Quanto ao 2º grau, de 1 mil alunos matriculados em 1982 na 1ª série, apenas 493 chegaram à 3ª série. Essa situação crítica, segundo Newton Rossi, aponta a necessidade de profundas mudanças no setor, "que enfrenta crise de desatualização dos quadros do magis magistério e consequente esvaziamento do conteúdo do ensino transmitido aos alunos, cujos professores setem-se desestimulados pela elevada

carga horária e a baixa remuneração".

SUBNUTRIÇÃO

A pobreza e falta de assistência constatadas nas periferias de Brasília são os grandes responsáveis pelos graves problemas registrados no setor saúde do DF, segundo o presidente da Federação do Comércio. Afirma que o crescente déficit de habitações e o estado precário das atualmente existentes em torno das cidades-satélites, com a falta de saneamento básico, aliados à subnutrição, resulta nesse quadro sombrio vivido pela área de saúde da cidade, "o que contribui para elevar o índice de mortalidade infantil nas cidades-satélites, no Entorno e sobretudo nas invasões que proliferam por toda parte".

Os dados levantados pela Federação mostram que em 1985 o Distrito Federal dispunha de 5.018 leitos hospitalares para atender a uma população estimada em 1,6 milhão de pessoas, número esse acrescido com a procura vinda de outras cidades vizinhas, da região Geoeconômica. Desse total de leitos, 3.250 estavam localizados no Plano Piloto e adjacências, onde residem 530 mil pessoas, e o restan-

te nas cidades-satélites, sendo que a Ceilândia, com 412 mil habitantes, conta apenas com 159 leitos.

Do total de leitos, o setor particular contribui com 1.300 (26 por cento), ficando os demais com o setor público federal, 938 leitos (18,68 por cento) e o GDF com 2.775 leitos (55,3 por cento). Essa distribuição de leitos, de acordo com Newton Rossi, privilegia apenas parte da população com bom atendimento — o Plano Piloto — e a parcela mais carente e, por isso, mais exposta aos riscos de doenças, fica desassistida. Outro problema verificado nessa área é a ociosidade dos ambulatórios dos hospitais regionais, o que obriga o deslocamento dos pacientes — por falta de médicos especialistas — para o Plano Piloto, que sofre sobrecarga de trabalho.

O presidente da Federação do Comércio defende a ampliação imediata dos serviços de saúde para toda a população, "direcionando a expansão do atendimento médico para a comunidade mais desassistida". Além disso, afirma, é preciso dotar os hospitais e centros de saúde de equipamentos modernos para diagnóstico e terapia, pos-

sibilitando o pronto e correto atendimento de casos de maior complexidade e especialização. Ele quer maior assistência à saúde da mulher, desde a gravidez e depois para reduzir o índice de mortalidade infantil nas cidades-satélites.

FALTA DE MORADIA

Com relação ao problema habitacional, Newton Rossi afirma que existe atualmente no DF uma demanda reprimida de 70 mil residências, com maior incidência na população de baixa renda, embora as classes média e alta também participem dessa demanda, principalmente os que pagam aluguel. Segundo ele, há problemas de financiamento para construção de casas e apartamentos no DF nos próximos três anos, especialmente em Taguatinga, Guará I e II, Brazlândia, Gama e Sobradinho. Se os financiamentos fossem liberados o déficit habitacional seria pelo menos reduzido.

De acordo com o presidente da Federação do Comércio, Brasília tem mantido uma taxa de crescimento de sua população urbana em torno de 8,4 por cento, anualmente, isso na década de 1970/1980, resultado de fluxos migratórios com destino ao DF e que são impossíveis de contenção. "G+essa enorme pressão populacional surgem assentamentos nas periferias das cidades mais próximas, com tendências à marginalização social e aumento do número de desempregados ou subempregados, com reflexos negativos para a comunidade".

Para Newton Rossi, a solução de todos esses problemas — falta de casas, escolas, postos de saúde e emprego — não está na simples construção de habita-

ções ou atendimento de um caso isoladamente, mas na adoção de um conjunto de medidas interligadas, como ampliação ou assinatura de convênios e acordos com os governos dos estados vizinhos prevendo assistência em todos os níveis com vistas a desestimular a migração para o DF. Ele propõe também o fortalecimento da economia regional, através de estímulos e assistência agropecuária, agroindústria e ao comércio; incentivo às atividades produtivas, principalmente as de maior capacidade geradora de empregos formais, com a ampliação, inclusive, do parque industrial não poluente e implantação de um conjunto de agroindústrias; intensificar uma política habitacional direcionada ao atendimento da população de renda mais baixa; execução de uma política de ocupação, a curto e médio prazos, do uso do solo no DF; e a prática de uma política de complementação alimentar às crianças carentes, além de outras medidas visando atender a população infantil até aos 6 anos de idade.

O presidente da Federação do Comércio salienta, ainda que de parte do setor empresarial existe um grande interesse em ajudar na solução desses problemas, "como já tem ocorrido em diversas oportunidades, quando o comércio e a indústria colaboraram com entidades públicas e particulares na execução de programas, por exemplo, de assistência ao menor abandonado". Newton Rossi entende ser insuficiente o volume de recursos que o poder público destina à solução desse problema, mas ressalta que ocorre, na maioria das vezes, e que esses recursos têm aplicação inadequada, "complicando ainda mais uma solução viável".



Rossi chama atenção para o menor carente